



Comitê de Representantes

Aprovada na 1160ª sessão

ALADI/CR/Ata 1158
13 de setembro de 2013
Horário: 10h03m a 11h38m

ATA DA 1158ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 1156a. sessão.
 4. Convocatória à VI Reunião Presencial do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Certificação de Origem Digital da ALADI (ALADI/CR/PA 173).
 5. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos (ALADI/CR/PR 294/Rev. 1).
 6. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas.
 7. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de apoio aos PMDERs (ALADI/CR/di 3772).
 8. Assuntos diversos.
-

Preside:

DIGNA M. DONADO

Assistem: Rubén Javier Ruffi, Gustavo Constantino García, Sergio Luis Iaciuk, Pablo Ducros (Argentina), Jenny Encinas (Bolívia), Ruy Carlos Pereira, Otávio Brandelli, Roberto Goidanich, Renato Pinheiro do Amaral Gurgel, Rodrigo de Macedo Pinto, Alessandro Segabinazzi (Brasil), Patricio Pradel Elgueta, Alex Rodrigo Chaparro Cavada (Chile), Alejandro Borda Rojas, Luz Marina Rivera Rojas (Colômbia); Lisset Fernández García (Cuba), Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda Sevilla, Adolfo Blum Montero (Equador), Dora Rodríguez Romero (México), Digna M. Donado (Panamá), Miguel Ángel López Arzamendia, Claudia Aguilera Caló, Lethicia Paredes (Paraguai), María de Fátima Trigoso Sakuma, Ricardo B. Romero Magni (Peru), Juan Alejandro Mernies Falcone, Linda Rabbaglietti, Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai), Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez

Subsecretários: César Llona, Pablo Rabczuk

PRESIDENTE. Bom dia, bem-vindos a esta sessão. Iniciamos a reunião ordinária número 1158^a, e em suas pastas está toda a documentação que consideraremos no dia de hoje.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Como primeiro ponto, temos a aprovação da Ordem do Dia. Se todos concordarem, podemos continuar. Não havendo objeções, fica aprovada.

2. Assuntos em pauta

... Continuamos com o segundo ponto, Assuntos em Pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral para informar a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Embaixadora. No documento em pastas dos senhores Representantes mencionam-se as notas e os documentos que corresponde dar entrada. Destaca-se Nota recebida da Representação Permanente do México, comunicando o término de funções do licenciado Jorge Fernando Anaya González, Primeiro-Secretário e Assessor Técnico da Representação, a partir de 30 de setembro de 2013. Desejamos o maior dos êxitos nas novas atividades que desempenhará.

“Designações e término de funções

1. Representação Permanente do México junto à ALADI. Nota Nº 052/13, de 9/09/2013.

Comunica o término de funções de Jorge Fernando Anaya González, Primeiro-Secretário, Assessor Técnico da Representação, a partir de 30 de setembro de 2013.

Convites recebidos

1. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Comunicação de 28/08/2013. Convida a participar do "IV Diálogo Político Regional en Eficiencia Energética" (México D.F., 21-22/11/2013).

2. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Comunicação de 10/09/2013. Convida a participar do seminário “Facilitando la efectiva integración de los países de América Latina y el Caribe a la economía global a través de programas de ayuda para el comercio” (Manágua-Nicarágua, 24-25/09/2013).
3. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Comunicação de 10/09/2013. Convida a participar da “XII Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe” (Santo Domingo-República Dominicana, 15-18/10/2013).
4. Promotora do Comércio Exterior de Costa Rica (PROCOMER). Comunicação recebida em 6/09/2013. Envia convite da Ministra de Comércio Exterior de Costa Rica, Anabel González, para a “VII Cúpula Empresarial China- América Latina e o Caribe (China LAC)” (San José-Costa Rica, 26-27/10/2013).

Documentos publicados

1. Memorando Específico de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China (ALADI/SEC/di 2557)."
-

3. Consideração da ata correspondente à 1156ª sessão.

PRESIDENTE. Passamos ao ponto 3: consideração da ata da 1156ª sessão, se todos concordarem com o seu conteúdo. Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Presidente bom dia a todos os presentes.

Simplesmente para informar que a Representação da Colômbia passou duas breves anotações de ordem de estilo que já foram registradas na Secretaria. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada. Não havendo objeções, damos por aprovada a correspondente ata.

4. Convocatória da VI Reunião Presencial do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Certificação de Origem Digital da ALADI (ALADI/CR/PA 173).

...Ponto quatro: Convocatória da VI Reunião Presencial do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Certificação de Origem Digital da ALADI, estamos falando do COD. Ofereço a palavra para este tema à Ministra Dora Rodríguez, Representante do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, Presidente. No relatório que entregamos na reunião do Grupo de Trabalho celebrada há duas semanas, comunicamos que nela acordávamos convocar a esta reunião técnica e marcamos um prazo até dia 6 de setembro para receber manifestações sobre a disponibilidade dos técnicos de cada país para realizar a reunião dias 3 e 4 de outubro.

Tendo recebido manifestações positivas de um importante número de Representações sobre a disponibilidade, comunicamos também na Reunião de Alternos que ia ser solicitada à Secretaria a incorporação deste ponto para realizar a convocatória à reunião nesta sessão.

O projeto de acordo com a convocatória está sobre a mesa, contém a agenda tentativa que os próprios técnicos terão que vir aprovar e que foi considerada pelo Grupo. Não teríamos mais nada a acrescentar, salvo solicitar que esta convocatória seja submetida à consideração do Comitê.

Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Colocamos à consideração o Projeto de Acordo 173/Revisado 1, publicado em 10 de setembro. Se não houver observações das Representações, aprovaremos o Acordo.

Alguma observação? Fica aprovado sob número 356.

“ACORDO 356

CONVOCATÓRIA DA VI REUNIÃO PRESENCIAL DO GRUPO DE TRABALHO AD HOC SOBRE
CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM DIGITAL DA ALADI

O COMITÊ DE REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevidéu 1980, as Resoluções 59 (XIII) e 60 (XIII) do Conselho de Ministros e a Resolução 386 do Comitê de Representantes;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os procedimentos e as especificações técnicas aprovados pela Resolução 386 do Comitê de Representantes;

ACORDA:

Convocar a VI Reunião Presencial do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Certificação de Origem Digital da ALADI para os dias 3 e 4 de outubro de 2013, na sede da Associação, com o propósito de atualizar os procedimentos e as especificações técnicas da Certificação de Origem Digital, estabelecidas no documento “Certificação de Origem Digital da ALADI – Especificações Técnicas e Procedimentos Gerais” anexo à Resolução 386 de 4 de novembro de 2011, com a seguinte Agenda Preliminar:

AGENDA PRELIMINAR

Primeira jornada: 03/10/2013

Sessão matutina: das 9h às 13h

1. Palavras de abertura.
2. Aprovação da Agenda de Trabalho.
3. Apresentação do estado de situação do COD.
4. Propostas de atualização do documento ALADI/SEC/di 2327/Rev.1.
 - 4.1. Criação de um acrônimo para os Acordos Comerciais.
 - 4.2. Atualização do Anexo 2 do documento ALADI/SEC/di 2327/Rev.1, “Codificação dos acrônimos dos Acordos ao amparo do TM80”.
 - 4.3. Ajustes à estrutura sugeridos pela Secretaria-Geral.
 - 4.3.1. Criação de um campo que contenha a Declaração Juramentada.
 - 4.3.2. Modificação da denominação da categoria “Representante Legal”.
 - 4.3.3. Criação da sub-categoria “Resolução ou Critério Antecipado” na categoria “Produtos”.
 - 4.3.4. Modificação da estrutura do campo “Outros critérios/Instâncias de origem”.
 - 4.3.5. Incorporação do campo “Observações” da Entidade Habilitada (EH).

Almoço livre.

Sessão vespertina: das 15h às 18h

- 4.4. Modificações na estrutura do COD pela incorporação do Panamá e pelo registro de novos Acordos a partir de dezembro de 2010.
- 4.5. Atualização do formulário "Registro Inicial" (Anexo 9 do documento ALADI/SEC/di 2327/Rev. 1) .
- 4.6. Outras atualizações.
 - 4.6.1. Inclusão de um Acrônimo à versão 1.7.1 do COD.xsd, para amparar o comércio entre o Equador e a Colômbia, no âmbito da decisão 419 da CAN.
 - 4.6.2. Unificar critérios a respeito das assinaturas do Exportador e da Entidade Habilitada (EH), de modo a que ambas estejam "Enveloped".

Segunda jornada: 04/10/2013

Sessão matutina: das 9h às 13h

5. Outras propostas:
 - 5.1 Incorpora-se a proposta do Equador de estabelecer um plano e um cronograma de implementação do Certificado de Origem Digital, em nível de cada país-membro da ALADI, com o seu respectivo acompanhamento e controle de cumprimento pela ALADI.
 - 5.2 Incorpora-se a proposta do Equador de estabelecer uma única versão do COD para ser utilizada por todos os países-membros da ALADI.

Almoço livre.

Sessão vespertina: das 15h às 18h

6. Temas pendentes:
 - 6.1. Tratamento dos fusos horários e determinação da data/hora ao assinar um COD (adoção de estampagem/carimbo de tempo/timestamping).
 - 6.2. Tratamento dos erros formais e de retificações, certificados revogados e substituídos.
7. Aprovação e assinatura da Ata da VI Reunião Presencial.
8. Encerramento.

5. Relatório da Coordenadora da Reunião de Representantes Alternos (ALADI/CR/PR 294/Rev. 1).

...Continuamos com o quinto ponto: Relatório da Coordenação da Reunião de Representantes Alternos que tivemos em relação à OMC.

A essa reunião assistiram as Representações de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

A Secretaria-Geral realizou uma resenha dos comentários e posições dos países-membros recebidos em relação ao documento ALADI/SEC/Proposta 340. Não houve consenso sobre a frase proposta pelo Chile que dizia "sin perjuicio de las obligaciones individuales que tienen los países miembros de la OMC".

Todas as Representações, com exceção do Chile e da Colômbia, manifestaram sua vontade de manter o texto introdutório sem modificações, tal como tinha sido

ajustado em diversas Reuniões de Alternos e refletido no anexo do Relatório da Coordenadora de Representantes Alternos sobre as notificações à OMC, que deve estar em sua pasta.

A Representação do México sugeriu uma frase alternativa “sin perjuicio de notificaciones individuales que presentan los países miembros”. A frase da Representação do México foi apoiada pelas Representações de Brasil, Bolívia, Cuba, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

A Representação da Argentina manifestou que deveria fazer consultas à sua capital para aderir a esse texto. As Representações do Chile e da Colômbia mantiveram a sua posição inicial; contudo, o Chile assinalou que, de qualquer maneira, consultaria esta proposta à sua capital sem prejuízo de manter sua redação inicial.

Por tal motivo, ajustou-se que o tema deveria ser colocado à consideração em uma próxima reunião do Comitê de Representantes, que é a que estamos realizando neste momento. Sem prejuízo do referido acima, levando em consideração o pedido do Chile e da Colômbia, sugerimos esperar pelo resultado destas consultas para realmente tomar uma decisão.

Se as Representações tiverem alguma objeção a esta observação, agradeço a suas intervenções. Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Senhora Presidente, não tenho objeção nenhuma. Queria, antes de entrar no mérito da questão, registrar o contentamento e a satisfação do Brasil com a excelente qualidade do texto introdutório do próprio documento de notificação preparado pela Secretaria-Geral, que registra alguns elementos de juízo, alguns conceitos sobre o desempenho do comércio entre os nossos países, tanto no período 2010-2011 como no período 2011-2012.

Li, com muita satisfação, a introdução, senhor Secretário-Geral. Certamente, a Delegação do Brasil terá esse texto introdutório como subsídio muito relevante para todos os documentos, análises, estudos, informações que viermos a preparar e que contemplem o desempenho do comércio intra-regional nos dois últimos anos. O texto é sintético, porém, abrangente. Creio que dá uma boa ideia do tema ao leitor não acostumado ou próximo da nossa realidade; esse é propósito do documento. Aliás, o documento é dirigido à OMC, que não é o organismo internacional mais próximo desta região, posto que cobre o mundo inteiro. Dá uma boa ideia do comportamento do comércio graças aos arranjos dos acordos que temos entre nós durante os períodos mencionados.

Queria deixar registro desse ponto porque me parece importante que nós expressemos, sempre que caiba, a nossa apreciação positiva e de valor em relação ao trabalho da equipe da Secretaria-Geral, dos funcionários que nos apoiam e do próprio Secretário-Geral e dos seus assessores e colaboradores mais diretos.

Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Brasil.

Independentemente do que comentei antes, disse que tanto a Colômbia quanto o Chile estavam esperando instruções superiores. Agora que a Argentina acaba de chegar, que também tinha manifestado o mesmo, não sei se têm alguma resposta. Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Obrigado, Presidência. A Argentina efetuou sim as consultas internas e estamos em condições de acompanhar a proposta nos termos manifestados na Reunião de Alternos e que acabam de ser assinalados aqui também.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Argentina. Ficamos pendentes do Chile e da Colômbia. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Patricio Pradel Elgueta). Muito obrigado, senhora Presidente. Bom dia. Gostaríamos de manifestar que temos flexibilizado nossa posição e estamos dispostos a acompanhar a posição majoritária, fazendo constar em atas do Comitê que o Chile sempre entendeu que o Mecanismo de Transparência à OMC é obrigatório. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Chile. Muito obrigada pela aprovação. Só resta a Colômbia, que tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, senhora Presidente. Minha representação também não quer se opor ao texto geral, estamos também mostrando certa flexibilidade sobre o assunto, mas também consideramos necessário deixar constância em atas no seguinte sentido: o governo da Colômbia entende que a notificação só será considerada realizada para aqueles acordos que forem ajustados aos termos da Cláusula de Habilitação e, em particular, não poderá ser utilizado para aqueles acordos que devam ser notificados sob Artigo V do GATS.

A Secretaria da OMC leva adiante uma constatação de quais acordos corresponderiam efetivamente a aqueles que possam ser notificados sob a Cláusula de Habilitação. Os demais não se consideram notificados e cada membro da OMC deverá cumprir com esse trâmite. Por esta razão, precisa-se esperar a comunicação da Secretaria da OMC para confirmar quais acordos têm sido considerados como efetivamente notificados.

Em síntese, dependendo da natureza do acordo em questão, este deverá ser notificado sob Artigo XXIV do GATT, ou V do GATS, segundo corresponda, ou sob a Cláusula de Habilitação. Portanto, o relatório que a ALADI apresentará somente terá efeitos perante os acordos que cumprirem com os requisitos da Cláusula de Habilitação; para os demais acordos, deverá ser realizada uma notificação sob Artigo XXIV do GATT, Artigo V do GATS ou ambos, se for o caso.

Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Colômbia, pela explicação. Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Muito obrigado, senhora Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de expressar, em nome da Representação do Equador, o agradecimento às Representações de Argentina, Chile e Colômbia pela flexibilidade que demonstraram neste tema.

Igualmente, a minha Representação deseja, como tem feito nos Grupos de Trabalho e na Reunião de Alternos, deixar em Atas a sua posição em relação a este assunto que, de fato, está consignado como rodapé no documento que o senhor acaba de nos ler. O Equador deseja deixar constância expressa da conveniência de que quando forem realizadas as notificações assinaladas na proposta do México, de

maneira adicional ao relatório apresentado, as mesmas sejam feitas prévio acordo e de maneira conjunta entre os países signatários dos respectivos instrumentos.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Obrigado, Presidência. A Representação Argentina gostaria de deixar constância de que, no âmbito dos trabalhos e das discussões das Reuniões de Alternos e no momento de analisar os próximos relatórios, é necessário discutir também em profundidade a conveniência e os possíveis efeitos de incluir nos relatórios os Acordos notificados sob artigo XXIV do GATT. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Argentina. Ficamos à espera. Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Muito obrigado, Presidente. Entendo que com as manifestações dos colegas do Chile e da Colômbia temos uma aprovação neste Comitê da remessa à OMC das notificações que motivaram esse nosso debate.

Se este for o entendimento da presidência, o Brasil se soma, naturalmente, ao consenso. Estamos, portanto, dispostos a aprovar formalmente a decisão de notificar e, mais do que isso, a decisão de notificar com o texto que temos recebido e examinado da Secretaria-Geral. Gostaria de saber se é essa a nossa decisão.

PRESIDENTE. Creio que entendi errado o afirmado pelo Embaixador da Colômbia e tinha a impressão de que ainda estava à espera da confirmação da capital. Porém, a flexibilidade que os países têm mostrado, de alguma maneira, nos ajuda a terminar este ponto e, obviamente, chegaremos a um acordo.

Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Muito obrigado, Presidente. Manifesto a minha satisfação com que temos chegado a essa decisão que reputo muito importante, não só pelos seus aspectos formais, em termos de procedimentos previstos nos acordos de Marrakesh, mas também pelo fato de que nós estamos comunicando à comunidade internacional o avanço de nosso processo de integração com base nos acordos que aqui assinamos ao amparo do TM80, o qual é muito positivo.

Quanto às observações feitas, senhora Presidente, eu pediria ao querido amigo Representante Permanente da Colômbia se seria possível distribuir a proposta de texto que a Colômbia sugere que introduzamos na Ata – o que, naturalmente, será feito –, mas que traz conceitos interessantes, importantes e que, como disse o nosso Representante Permanente da Argentina, levantam questões que merecem ser examinadas e discutidas porque são questões de fundo com vistas, talvez, à continuidade do processo e notificação, não em relação ao projeto que temos agora porque, se abrirmos essa discussão não notificaremos durante um bom tempo, não é o caso, mas creio que a opinião da Colômbia, e em certa medida, a posição do Chile, podem suscitar um debate indispensável e relevante que temos que travar em algum momento.

Se não o fizermos, a cada vez que tivermos que cumprir com a obrigação de notificar à OMC vamos nos defrontar com essa divergência de perspectivas e decisões na nossa Associação. Isto é muito negativo já que discutimos topicamente o tema,

atrasamos o processo de notificação e não atacamos a questão de fundo. Queria agradecer ao nosso colega e amigo Representante Permanente da Colômbia por ter trazido com tanta clareza a posição do seu país, que coloca questões muito importantes no âmbito da Associação e que merecem e devem ser atendidas por nós, não nesta oportunidade – esse debate não deve perturbar a continuidade do processo de notificação que já está em curso – mas é, sem dúvidas, uma discussão a ser travada nesta mesa. Senhora Presidente, muito obrigado. Queria novamente agradecer aos senhores Representantes do Chile e da Colômbia pela flexibilidade que demonstraram nesta oportunidade e que nos permitiu concluir a nossa decisão a respeito deste processo de notificação que estamos tratando.

PRESIDENTE. Obrigada, Brasil. Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Sim, senhora Presidente. Muito obrigado ao distinto colega do Brasil pelas suas palavras. Creio que ele tocou um ponto fundamental, como os senhores verão, pelo documento que já foi circulado em sala. As observações da Colômbia têm um fundo importante e é bem-vinda a reflexão que, ulteriormente, possamos fazer em nível técnico sobre este ponto que tem, para o meu país, um significado de fundo importante. É muito bom gerar uma discussão e um debate mais pontual sobre esta questão dos relatórios à OMC.

Sobre esta base, senhora Presidente, estamos muito satisfeitos de que a posição colombiana fique registrada e estaremos dispostos, em seu momento, a contribuir e a insistir no debate que for para que fique plenamente clara a posição colombiana e, dentro da ALADI, para que fique claro qual o prazo real para levar adiante este tipo de relatórios. Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Colômbia. Peço-lhe desculpas por não ter ouvido as primeiras palavras do que sua Representação acaba de nos apresentar. Não ouvi suas duas primeiras palavras, escutei o resto e o resto era uma sustentação muito interessante que, definitivamente, concordo com o senhor em que chegará um momento em que teremos que discutir e esclarecer alguns pontos para saber como continuar. Muito obrigada.

A Colômbia pede a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Senhora Presidente, desculpe se eu interromper o fluxo de sua intervenção, mas, à raiz dos comentários que houve sobre o ponto anterior e sobre as observações feitas pela Colômbia e das expectativas que se abrem de uma discussão profunda, de caráter técnico, gostaria muito que fosse precisada, com a maior prontidão, a data ou o cenário ou, pelo menos, a data em que o Comitê ou o foro pertinente considerará o tema. Evidentemente, é um tema de alta complexidade técnica e necessitaríamos fazer as considerações com a nossa capital para que a Colômbia possa, eventualmente, estar devidamente representada em nível técnico nessa reunião. Portanto, agradeceria à Secretaria que nos indicasse quando, aproximadamente, seria essa reunião para discutir esses assuntos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Subsecretário César Llona para responder a essa possibilidade.

SUBSECRETÁRIO (César Llona). Obrigado, Embaixadora. Embaixador, independentemente do que os Embaixadores possam definir agora, outro ponto do Relatório da Coordenadora era o tema do relatório 2012. De fato, abriu-se um prazo para determinadas consultas técnicas sobre esse texto de três semanas; depois disso,

Alternos poderia reunir-se para ver esse relatório. Sem dúvidas, esse poderia ser um bom momento para incorporar as preocupações da Colômbia, discuti-las e dar-lhes o tratamento que merecem, para depois poder ser vistas pelo Comitê.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Senhora Presidente, a Delegação do Brasil pensa que, obviamente, como disse o Representante Permanente da Colômbia, os elementos de fundo que estão por trás da declaração do seu governo que nós estamos decidindo incorporar à ata da reunião de hoje levantam questões de extraordinário alcance político porque, no limite, podem chegar a suscitar um debate sobre, por exemplo, modelos de inserção externa praticados na região ou modelos de propostas de desenvolvimento econômico e social internos praticados na região.

Quando eu fazia a observação anterior sobre a necessidade de, em algum momento, iniciarmos um debate sobre as questões de fundo, como bem mencionou o nosso embaixador, não tinha a intenção de que iniciássemos esse debate imediatamente. Não tinha essa ideia porque creio, primeiramente, que a própria decisão de abri-lo já é uma decisão política. Eu não propus debater, mas constatei que o debate era necessário. A decisão de iniciar esse debate é política e creio que, pelo alcance dos temas de fundo, deve ser uma decisão adotada com os devidos cuidados e com a devida análise das nossas capitais.

Não se trata de um debate somente técnico; quando os nossos governos resolverem que é oportuno iniciar esse debate é obvio que terá de iniciar-se no plano técnico. Isso não significa que ele se esgotará no plano técnico, mas terá que vir a esta mesa para a sua análise e constelação política devida pelo Comitê.

Também, creio que ele não é um debate urgente, mas necessário. Se tratarmos esse debate com o sentido de urgência, mas não com o sentido de preparação de decisão política que considero indispensável, podemos chegar a uma espécie de impasse e, ao invés de ajudar, talvez, nos perturbe, porque os temas de fundo que a Colômbia traz – e eu felicito o governo e o nosso querido amigo embaixador por ter trazido esses dois parágrafos – levanta temas de alcance político extraordinário dentro da Associação. Eu, como delegado do Brasil, tenho alertado e sugerido o meu governo que, em algum momento, temos que tratar desse assunto.

Estes assuntos de fundo que eu mencionei não podem continuar a seguir seu curso inercialmente porque são abrangentes e de natureza política. Se a decisão do Comitê for iniciá-lo dentro de três semanas porque temos outro relatório à frente e queremos aprová-lo, como disse a Secretaria-Geral, é evidente que o Brasil estará pronto para somar-se a esse debate. Porém, quanto à sugestão que eu faço, deveríamos tratar os assuntos em seu momento e em sua forma.

Temos uma questão tópica e urgente para resolver: notificar dois períodos de tempo em que se firmaram acordos no âmbito desta Associação à OMC: período 2010-2011 e 2011-2012. Felizmente, para o período 2010-2011 temos uma posição de consenso alcançada graças à flexibilidade, que todos agradecemos, dos governos que verbalizaram as suas posições, como o Chile, a Colômbia, o México em algum momento, o Brasil, a Argentina e outros. Temos esse consenso na mesa, vamos tentar aprovar o que já temos.

Se, além disso, podemos usar esse consenso com as mesmas ressalvas, se for o caso, para aprovar também o projeto de notificação 2011-2012, façamo-lo no seu momento. Trata-se do mesmo tema, não há diferenças substantivas relevantes a não serem as informações diferentes por se tratar de períodos cronológicos diferentes. Mas, se é o caso, repetindo as mesmas ressalvas, sugiro que, transcorrido o prazo referido pela Secretaria-Geral de três semanas, aprovemos, também, o outro relatório e preparemo-nos, consultemos as nossas capitais para, em algum momento, abriremos esse debate.

Com isso, acredito, seríamos mais eficientes, resolveríamos o problema imediato que temos diante de nós e começaríamos a nos aproximar a uma questão importantíssima que só nós fazemos de conta que não vemos; a academia vê, os empresários veem, as instituições políticas da região veem, que é o fato de que nós temos, *grosso modo*, alguns modelos diferentes de proposta de inserção externa e de desenvolvimento econômico, político e comercial interno na nossa região. Como nesta Associação, graças a Deus, há mais de 50 anos e apesar de todas as nossas diferenças durante esse longo período histórico, sempre conseguimos alcançar o consenso, manter a coesão da Associação e manter o seu valor para o processo de integração na região, é aqui que deve ser travado esse debate. Este é o *locus*.

Resumindo: a minha proposta é que aprovemos o que aprovamos agora graças a esse consenso, que, ao final das três semanas que já estão correndo e beneficiando-nos das ressalvas e das posições que estamos expressando, possamos também aprovar o segundo relatório e que, nesse meio tempo, consultemos as nossas capitais – eu estou sempre disposto a dialogar, mas precisamos saber se os nossos governos estão preparados para abrir essa conversa, que será sempre amistosa, respeitosa e voltada para o consenso na região. Porém, tenho dúvidas sobre se conviria tratarmos com a mesma urgência, neste momento, os dois temas que me parece que, embora muito próximos e relacionados, são diferentes, têm alcances diferentes.

Esta seria a minha proposta, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Senhora Presidente, agradeço à Vossa Excelência e ao distinto Delegado do Brasil pela sua intervenção, muito esclarecedora. Quando pedi a palavra, não queria transmitir, em modo nenhum, um sentido de urgência para entrar em um debate que foi proposto pelo distinto Delegado do Brasil.

Minha intenção, na intervenção anterior, era saber precisamente quando vamos tratar desse assunto para estar devidamente preparados, tanto para a instância técnica quanto para a política. Sem dúvidas, é um debate político e nossos governos terão que tomar uma decisão de ordem político para entrar no debate. A minha Representação não tem pressa para entrar no debate, mas consideramos que ele é fundamental. Procuremos o momento apropriado e poderíamos, com a ressalva feita, aprovar o que já é de consenso em nossa reunião de hoje.

Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Colômbia. Argentina.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Obrigado, Presidência.

Simplemente, queria reafirmar, com base no debate e nas intervenções recentes, o assinalado pela Argentina em sua intervenção passada; nós tínhamos entendido, das discussões das reuniões de Alternos, que em reuniões posteriores ia ser feito um debate mais amplo sobre a conveniência de incluir, em futuros relatórios, acordos notificados sob o artigo XXIV.

Esse era o entendimento da Representação da Argentina e, como assinalava recentemente a Colômbia, a ideia é a análise do tema em futuras reuniões e não especificamente na próxima. Entendemos que a discussão não será esgotada na próxima instância que tenhamos em referência ao relatório 2012.

Queria simplesmente esclarecer isso, que o importante é aprofundar o debate daqui em diante. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Argentina, e agradeço tanto as palavras do Embaixador da Colômbia quanto as do Brasil. Ambos fizeram uma explicação clara das consequências que poderão surgir no futuro a respeito deste tipo de acordos e é melhor termos uma visão clara e específica sobre os passos que temos que dar para poder encerrar o assunto. Porém, podemos considerar como aprovado o que já temos agora na mesa e que foi manifestado na sala. A Colômbia quer ainda esperar por informações? Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Desculpe, Presidente, estou um pouco perdido no procedimento. O que estamos aprovando exatamente?

PRESIDENTE. O relatório da OMC.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Mas, que datas?

PRESIDENTE. De 2010 a 2011. Para o 2012, temos as três semanas que estão correndo para as consultas.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Perfeito, senhora Presidente. Nesse sentido, concordamos com a aprovação que Vossa Excelência está propondo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. A data da reunião especial que tínhamos sobre a discussão dos termos de referência para poder seguir um mecanismo e uma regulamentação clara do que temos que fazer com este tema no futuro será proposta pela Secretaria-Geral ou o próprio Comitê, se alguém quiser propor alguma data para poder fazer essa consulta. Eu considero que essa reunião é definitivamente necessária; o Comitê deveria marcar a data para esse debate, considerando que temos que fazer as consultas com nossos superiores, o que, como os senhores sabem, não é fácil.

Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, Presidente. O Grupo de Alternos poderia propor datas e condições para sugerir às nossas Representações quando começar um debate dessas características. Não creio que estejamos, neste momento, em condições de decidir quando. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Muito obrigado, Presidente. Concordo inteiramente com o meu amigo embaixador da Colômbia no sentido em que não estamos aqui para decidir datas sobre o debate. Teria uma observação pouco divergente no que diz respeito a transmitir o assunto ao grupo de Alternos. Eu sugiro que nós consideremos que, antes de transmitir o assunto ao grupo de Alternos ou a algum outro fórum que julguemos adequado ou de tratá-lo no plano técnico, consultemos as nossas capitais para sabermos se estão de acordo em abrir esse debate.

Se não houver objeções dos meus colegas, eu preferiria que não tomássemos nenhuma decisão, neste momento e neste Comitê, sobre esta questão tão importante. Quando estivermos em condições de iniciar esse debate, à luz das instruções que recebermos das nossas capitais, avisaremos à Presidente para ela pautar o assunto e começar a conversar. Neste momento, dada a entidade desse conjunto de temas, sugiro que não nos pronunciemos nem sobre instâncias nem sobre datas.

PRESIDENTE. Sim, concordamos com essa sugestão. Chile.

Representação do CHILE (Patricio Pradel Elgueta). Muito obrigado, senhora Presidente. A Representação do Chile soma-se às reflexões do Representante Permanente do Brasil. Creio que qualquer reflexão que façamos deve ser lenta. A pressa sempre é má conselheira e não é momento de correr nem de tomar decisões porque cada um tem sua realidade interna e precisaria de um tempo. Isto não significa abandonar os temas, mas tocá-los com a seriedade que merecem, já que têm implicações políticas e técnicas. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. No mesmo sentido, creio que enviar isto a Alternos não solucionará nosso problema. Já estivemos com este problema em Alternos três ou quatro anos.

Estivemos muito tempo em Alternos com este tema e creio que o problema não é tanto a análise, o debate técnico da manifestação que a Colômbia está fazendo; isto seria, de um ponto de vista objetivo, relativamente fácil de discutir, mas o mais complicado é o que transcende à análise.

Portanto, considero que este tema, a forma de abordar esta análise, deveria caber ao Comitê. Definitivamente, voltar a Alternos com uma discussão que já tivemos durante tanto tempo não resolverá a situação.

Concordamos com que é um tema muito importante, mas é preciso ir estudando a forma de tratá-lo – não estou falando da análise técnica – e onde tratá-lo. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, México. Já tínhamos encerrado, de alguma forma, as opiniões emitidas anteriormente e definitivamente as consultas com as capitais terão de ser feitas em um primeiro momento. Quando tivermos as informações necessárias, marcaremos uma data para fazer uma primeira convocatória para começar a dialogar sobre este tema.

Levando isto em consideração, pergunto novamente se ficam aprovados os resultados do relatório da OMC de 2010 a 2011. Há alguma objeção? Então, fica aprovado e estamos à espera das consultas para o relatório de 2012.

O seguinte ponto refere-se à resolução que tinha sido de consenso em Alternos sobre a EXPO ALADI, da qual recebemos do Representante do Brasil uma série de anotações. Embaixador.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Obrigado, Presidente. Gostaria de dizer, primeiramente, que, como já tinha mencionado na nossa reunião anterior, tínhamos dois problemas: um deles era dar à Secretaria-Geral um sinal visível para todos de que o Comitê de Representantes tinha aprovado a EXPO ALADI e que a Secretaria-Geral podia sair em campo para tomar as providências relativas a essa iniciativa, talvez a mais importante iniciativa desta Associação destes últimos anos em termos de visibilidade pública, não só da própria Associação, mas também do próprio avanço do processo de integração regional.

Naquele momento, a própria Delegação do Brasil fez a sugestão de que constasse em atas essa decisão unânime do Comitê; portanto, entendo que, a rigor, o sinal que a Secretaria-Geral precisava para seguir adiante com os seus contatos de *Uruguay XXI* estaria dado na medida em que a Ata da nossa reunião anterior deve ter registrado a decisão unânime do Comitê de aprovar a realização da EXPO ALADI.

Aproveitando uma ideia muito útil da Secretaria-Geral, que estava plasmada no projeto anterior de resolução, nós consideramos que é útil ter um grupo de trabalho ad hoc do Comitê, não importa o nome do grupo, o importante é o momento que será ad hoc, que será presidido pelo representante Permanente deste Comitê do país que sediar o evento, no caso o Representante Permanente do Uruguai, e que teria algumas funções que nós entendemos devem ir além da definição dos termos de referência para o evento.

Como estávamos conversando entre os Representantes Permanentes, depois de ter tomado conhecimento do resultado da reunião de Alternos – aliás, quero parabenizar a reunião porque, muito rapidamente, alcançou um consenso e uma manifestação unânime de apoio no meu entendimento à EXPO ALADI – notei com surpresa que havia, como parte desse consenso, uma proposta de eliminação da instância do grupo ad hoc e ponderei com o alterno do Brasil de que considerava útil trazer este assunto novamente à consideração do Comitê.

Nesse sentido, na terça-feira desta semana, distribuí uma proposta para consideração dos membros do Comitê. A parte introdutória, os consideranda, mantém-se sem modificações. No primeiro parágrafo da parte resolutiva do projeto, há uma sugestão de simplesmente unificar a grafia da palavra EXPO que, em algumas partes do texto está com maiúscula e em outras com minúscula. Consideramos que a grafia a ser adotada deveria ser a maiúscula para manter a uniformidade do nome: EXPO ALADI.

O parágrafo 2 não muda nada até a terceira linha, relativa ao projeto de resolução inicial. A proposta de modificação, de aperfeiçoamento mais substantivo está na penúltima linha, onde diz: "...que informará regularmente ao Comitê de Representantes sobre os seus trabalhos". A ideia é puramente de forma, "permanentemente" não parece ser o mais adequado porque não pode haver uma informação permanente, "regularmente" parece ser mais adequado do ponto de vista idiomático, e "ao Comitê de Representantes sobre os seus trabalhos" porque nos pareceu que deveríamos preservar alguma perspectiva política do Comitê sobre o conjunto de atividades de preparação da EXPO ALADI, pela relevância do evento, não só pela sua visibilidade pública ou seu simbolismo em relação ao avanço no processo de integração, mas pela sua dimensão; não será um estande pequeno, acanhado em alguma esquina de Montevideú. Será uma importante exposição, e certamente todos

nossos países faremos o esforço de trazer o melhor da nossa economia, da nossa indústria, dos nossos setores produtivos, das nossas lideranças empresarias, autoridades relacionadas com a economia, comércio exterior, investimentos, agricultura; será um evento de dimensão política.

Naturalmente, terá custos – e não estou escamoteando debates sobre esse ponto específico – que sabemos que a Secretaria-Geral estará atenta em envolver o maior número possível de parceiros, de maneira que esses custos se diluam, mas me parece que, por todos estes elementos, seria da conveniência de todos os nossos governos que mantivéssemos um elo de ligação entre este Comitê, que se reúne cada 15 dias ou uma vez por mês, com uma atividade que estará desenvolvendo a Secretaria-Geral com o auxílio de entidades públicas e privadas do Uruguai em Montevideu mas também dos nossos países e que a Secretaria-Geral, em muitos momentos, terá que tomar decisões ou “aconselhar-se” sobre temas que dependerão de um olhar político.

A nossa proposta é, primeiro, que nesse sentido, preservemos uma instância de conexão com o Comitê de Representantes; segundo, que essa instância não se ocupe somente da definição dos termos de referência e; terceiro, que essa instância, para além dos termos de referência, numa segunda etapa de suas atividades, funcione como uma ponte entre a parte operativa que estará sob a responsabilidade da Secretaria-Geral e a parte de orientação política, de diretriz, de direção, que não pode deixar de ser estabelecida por este Comitê.

A proposta, então, tem por objetivo, ao contrário do que possa parecer, garantir a maior fluidez, segurança política e correspondência possível entre o que imaginamos nos termos de referência e o que vier a ser efetivamente realizado na prática. Estamos tratando de um projeto que vai se estender por quase um ano e meio, um projeto que vai mobilizar todos os nossos países no governo e no setor privado, e um projeto que, por mais esforço que exista, não será feito só pela Secretaria-Geral e por *Uruguay XXI*, isto é, não se fará sozinho. A proposta do Brasil é que o Comitê, que os governos, ofereçam à Secretaria-Geral uma plataforma de contato permanente ad hoc, porque não se pretende que isso continue, mas serve para chegar ao segundo semestre do ano que vem com uma muito exitosa EXPO ALADI e para que a Secretaria-Geral esteja tranquila, no âmbito dos seus cometidos e dentro dos termos de referência, para assumir compromissos porque ela saberá que, quando estiver em dúvida e quando precisar de um esclarecimento ou opinião, não precisará esperar que o Comitê se reúna, pode se valer do Representante Permanente do país que sedia a exposição para buscar essa orientação. O Representante Permanente do país que sedia a exposição poderá avaliar se pode dar uma opinião ou se considera melhor convocar ao Comitê, tudo para dar segurança e garantias ao trabalho da Secretaria-Geral e, principalmente, para ganhar tempo.

Tive a oportunidade de conversar com alguns dos nossos colegas a esse respeito; essa instância não parece tão necessária porque em de “back of our minds” pensamos que estamos vivendo no Uruguai e que a exposição será em Montevideu, então aqui tudo é mais fácil. É verdade, mas não nos esqueçamos de que nós teremos, no final deste processo, que avaliá-lo e chegar a uma decisão sobre a periodicidade e sobre os resultados da EXPO ALADI e se o que investimos nela foi útil ou não.

A Delegação do Brasil considera que essa avaliação do Comitê deve resultar de, pelo menos, duas visões: uma, da própria Secretaria-Geral, que terá tido o trabalho de carregar o piano para realizar a exposição, e a outra, do presidente do grupo ad hoc que, durante todo o processo terá orientado, acompanhado e assessorado o trabalho da Secretaria-Geral, mas com a visão do governo do Uruguai.

Também, teremos uma visão desta mesa, dos nossos governos, pois se trata de um parceiro nosso, tem cabeça política como nós. É da junção dessas duas opiniões, a opinião do operador do plano técnico, com o apoio de *Uruguay XXI* e dos demais parceiros, mas também com a opinião do nosso colega, membro desta mesa, embaixador, representante permanente, com visão e perspectiva política, que nós estaremos habilitados, no ano que vem, a avaliar a EXPO ALADI e recomendar, como está dito, o que vamos fazer com ela, se continuaremos com ela, se será anual, bienal, se não faremos mais nenhuma EXPO ALADI.

São decisões que teremos que tomar no ano que vem com base, em nossa opinião, num conjunto de visões que deve envolver o Comitê, indiretamente, através do presidente do grupo de trabalho ad hoc, ou do próprio grupo ad hoc. Deve-se ter presente que é óbvio que o grupo de trabalho ad hoc não se substitui ao Comitê, a qualquer momento pode-se convocar o Comitê para examinar a EXPO ALADI. A instituição de um grupo de trabalho ad hoc não absolve o Comitê de suas responsabilidades.

Consideramos que ter um grupo ad hoc presidido por um membro do Comitê e integrado por representantes das nossas delegações dá mais fluidez ao conjunto de providências que a Secretaria-Geral terá que tomar, sobretudo na medida em que nós formos avançando, em que o tempo for se reduzindo, em que o volume de providências for aumentando e o número de parceiros crescendo.

A proposta é que o grupo de trabalho ad hoc, como está escrito aqui: “passará a acompanhar as atividades de implementação (...) que serão desenvolvidas pela Secretaria-Geral conforme os Termos de Referência, e manterá o Comitê de Representantes regularmente informado a esse respeito.” E o parágrafo último: “O Grupo de Trabalho Ad Hoc cessará uma vez que o seu Coordenador tenha apresentado ao Comitê de Representantes o seu relatório sobre os resultados da EXPO ALADI e as suas eventuais recomendações sobre o evento.”

Não quero me estender mais, essa é a ideia básica: manter ou estabelecer um mecanismo de diálogo fluído entre a Secretaria-Geral e o Comitê mediante um Grupo de existência limitada que, em um primeiro momento, estará buscando estabelecer os termos de referência, que vão funcionar como espécie de constituição para a Secretaria-Geral, mas que, em um segundo momento, estará junto à Secretaria-Geral nas atividades e na tomada de medidas para a realização deste importantíssimo projeto que, repito, no Brasil é considerado quicá o mais importante projeto desta Associação quanto à sua visibilidade pública nos últimos anos, com o qual estamos comprometidos, que já o aprovamos na reunião anterior e que, por isso mesmo, consideramos que deve combinar a eficiência técnica e a prática – que a Secretaria-Geral tantas vezes demonstrou que tem de sobra – com um olhar de caráter político, que nos cabe a todos, que não a remetimos a ninguém, e que é indispensável para o êxito das medidas que a Secretaria-Geral tem de tomar. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Embaixador. Sua explicação foi muito clara. Uruguai.

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Obrigado, senhora Presidente. Antes de tudo, agradeço a proposta do prezado colega, o Embaixador do Brasil, que, com sua experiência e sapiência apresentou um texto que permite ampliar o consenso sobre este tema, consenso que já é unânime, como assinalava o Embaixador Pereira, sobre a importância do evento, sobre a importância para a visibilidade da ALADI e para o setor empresarial de nossos países.

Este texto tem considerações que procuram melhorar o projeto de resolução anterior. Já o explicou o Embaixador Pereira, não vou reiterar. A diferença seria, simplesmente, manter o Grupo Ad Hoc, que o Comitê me honraria com a presidência, apenas para os termos de referência ou continuá-lo para acompanhar as tarefas da Secretaria-Geral no desenvolvimento da organização da exposição.

Obviamente, não preciso dizer que estou pessoalmente agradecido pela oportunidade de colaborar neste processo. Queria manifestar, desde já, que estarei à disposição, tanto se o Grupo Ad Hoc for mantido apenas para os termos de referência quanto se continuar para acompanhar as tarefas do Secretário-Geral.

Considero fundamental a primeira parte: a elaboração dos termos de referência pelo Grupo Ad Hoc que defina as prioridades, a agenda, os empresários convidados. É importantíssimo, como apontava o Embaixador Pereira, o envolvimento de todos nossos governos mediante – eu arriscaria sugerir – os respectivos organismos de promoção do comércio, que são os que têm contato governamental em cada país com os setores empresariais. Seria o melhor parceiro da Secretaria e de *Uruguay XXI* para levar adiante a tarefa diária com cada país, com o resto dos países-membros da Associação.

Estes termos de referência também deverão contemplar, obviamente, a parte orçamentária, a agenda, os membros dos painéis, os temas de debate, etc. Creio que isto deve ser o primeiro passo que devemos empreender quanto antes para possibilitar, tanto à Secretaria-Geral quanto a *Uruguay XXI*, a avançarem nas ações – que já foram começadas – com vistas a chegar à data proposta com tudo preparado e garantir que este evento seja bem-sucedido.

Eu sugeriria, somente, quanto à redação proposta pelo Embaixador Pereira, no concernente ao parágrafo quarto: “O Grupo de Trabalho Ad Hoc cessará uma vez que o seu Coordenador tenha apresentado ao Comitê de Representantes seu relatório sobre os resultados da EXPO ALADI”, que, mais do que uma sugestão é um esclarecimento. Considero que, assim como foi o grupo Ad Hoc – que seria presidido por mim – que elaborou os termos de referência e acompanhou a Secretaria-Geral, entendemos que, salvo opinião contrária, é o grupo Ad Hoc que também elabora o relatório. Transmito isto ao Comitê de Representantes, como presidente do grupo Ad Hoc, já que, como apontava o Embaixador Pereira, o Comitê tem o poder de decisão, tem a coordenação e a direção política do andamento da Associação. O Comitê terá de ser permanente ou regularmente informado sobre os trabalhos, tanto no concernente à elaboração dos termos de referência pelo grupo quanto sobre o acompanhamento dos trabalhos realizados pela Secretaria-Geral e, finalmente, sobre o relatório que esperamos possa destacar que o evento foi um sucesso. Temos certeza de que será assim e de que poderemos repetir o evento de forma regular e periódica e estar à disposição do resto dos países da Associação nos próximos anos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, Presidente. A eloquência de nosso distinto colega do Brasil dispensa completamente acrescentar mais brilho ao que, pela sua essência, brilha por si só. Minha intervenção não será longa, simplesmente queria apoiar, em tudo, as suas propostas e o texto apresentado pelo Brasil, e a minha representação está preparada para aprová-las tal como foi explicado pelo Embaixador Ruy Pereira.

PRESIDENTE. Obrigada, Colômbia. México, por favor.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Nós também agradecemos esta proposta e, tendo escutado a disposição do Embaixador do Uruguai para acompanhar este grupo e coordená-lo nestes termos, estamos de acordo em aprová-la com a alteração sugerida pelo Embaixador do Uruguai. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada. De alguma maneira, o manifestado pelo Uruguai estabelece uma diferença com o texto do quarto ponto, qual seria exatamente a alteração que seria feita ao quarto ponto antes de continuar?

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Muito obrigado, senhora Presidente. Obrigado à Representante do México. Creio que talvez nem corresponda fazer uma alteração, no parágrafo quarto diz “cessará uma vez que o seu Coordenador tenha apresentado ao Comitê de Representantes seu relatório sobre os resultados da EXPO ALADI”, e acredito que é claro que se trata do relatório do Grupo Ah Hoc que apresenta o presidente; podemos deixar “o relatório” em lugar de “seu relatório”. Tanto “o” quanto “seu”, o que for decidido, estaria bem. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigada. Chile.

Representação do CHILE (Patricio Pradel Elgueta). Muito obrigado, senhora Presidente. Queria simplesmente agradecer as explicações do Embaixador Ruy Pereira, como sempre com uma veemência incrível me convenceu plenamente a apoiar sua proposta e nós nos somamos ao consenso. Obrigado.

PRESIDENTE. Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Miguel Ángel López Arzamendia). Obrigado, Presidente. Nós pensamos que a proposta dos Alternos é boa, mas a nova proposta do Brasil é muito melhor. Ela realmente introduz elementos muito importantes, outorgando à Secretaria-Geral a faculdade de implementar a EXPO ALADI, além de estender a atividade do Grupo Ad Hoc a acompanhar todo este processo.

Portanto, a Representação do Paraguai está em condições de acompanhar a proposta apresentada pelo Brasil.

PRESIDENTE. Por favor, Peru.

Representação do PERU (María de Fátima Trigoso Sakuma). Muito obrigada, senhora Presidente. Como as representações que me precederam no uso da palavra, a Representação do Peru deseja manifestar o apoio à proposta apresentada pela Delegação do Brasil, por todos os argumentos manifestados pelo Embaixador. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Bolívia também adere e apoia a proposta do Brasil. Obrigada.

PRESIDENTE. Equador.

Representação do EQUADOR (Emilio Rafael Izquierdo Miño). Obrigado, senhora Presidente. O Equador também se soma ao critério aqui expressado. Agradecemos ao Embaixador do Brasil pelas suas sempre lúcidas contribuições, como esta que temos hoje na mesa. Somamo-nos ao consenso que já está sendo evidenciado. Obrigado.

PRESIDENTE. Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Cecilio Crespo). Obrigado, Presidente. Como o Chile, considero a argumentação do Embaixador do Brasil muito completa e penso, como dizem os argentinos, que ainda bem que não foi enviado para discutir sobre quem é o Papa porque não é argentino. Portanto, adiro à proposta. Obrigado.

PRESIDENTE. Cuba.

Representação de CUBA (Lisset Fernández García). Obrigada, senhora Presidente. Primeiro, peço desculpas pelo meu atraso. Depois, adiro à proposta do Brasil.

PRESIDENTE. Argentina.

Representação da ARGENTINA (Rubén Ruffi). Obrigado, Presidência. Por todas as razões manifestadas, acompanhamos também a proposta do Brasil. Obrigado.

PRESIDENTE. Não havendo nenhuma objeção às recomendações do Embaixador do Brasil, as que agradecemos porque foram muito claras, e com o apoio da Colômbia, temos ajustado as recomendações de uma maneira ainda mais clara. Damos por aprovadas as reformas da Resolução com o número 401.

“RESOLUÇÃO 401

EXPO ALADI

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980 (TM80); as Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII), 61 (XIII), 62 (XIV), 68 (XIV) 69 (XIV) e 73 (XV) do Conselho de Ministros; a “Declaração sobre a Crise Econômica Internacional e as Ações a serem desenvolvidas no âmbito da ALADI para enfrentá-la”, emanada da Décimo Quinta Reunião do Conselho de Ministros.

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO as recomendações emanadas das I e II Reuniões de Responsáveis Governamentais pelas MPMEs, realizadas em julho de 2009 e junho de 2010, respectivamente, e as considerações decorrentes das VI e VII Reuniões do Conselho Assessor Empresarial (CASE) - etapa MPMEs -, realizadas em novembro de 2007 e em junho de 2010, respectivamente.

CONSIDERANDO que a ALADI vem desenvolvendo uma agenda de atividades de divulgação, assistência técnica e capacitação em feiras e seminários realizados em seus países-membros sobre temas relacionados à internacionalização das MPMEs;

que a ALADI conta com uma ampla experiência na organização e na coordenação de missões comerciais e rodadas de negócios bilaterais, bem como no desenvolvimento e no aperfeiçoamento de ferramentas de apoio às MPMEs;

a necessidade de potencializar as oportunidades das empresas dos países-membros da ALADI para fazer crescer e aumentar sua participação no mercado regional, complementando os esforços nacionais realizados pelos países-membros com o objetivo de diversificar a oferta exportável e aumentar a competitividade; e

a conveniência de realizar encontros entre empresas exportadoras e importadoras dos países-membros para facilitar o conhecimento e a geração de contatos entre os empresários da região, favorecendo a divulgação da oferta exportável e o melhor aproveitamento das

oportunidades comerciais que emanam dos acordos assinados no âmbito da ALADI, especialmente daquelas relativas às MPMEs.

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Aprovar a realização do evento denominado “EXPO ALADI”, a realizar-se no Uruguai no segundo semestre do ano 2014.

SEGUNDO.- Criar um Grupo de Trabalho “Ad Hoc” com vistas a elaborar uma proposta de termos de referência do evento EXPO ALADI, incluídos os aspectos orçamentários. Esse Grupo estará integrado pelas Representações Permanentes dos Países-Membros e será coordenado pelo Representante Permanente do Uruguai, que informará regularmente ao Comitê de Representantes sobre os seus trabalhos.

TERCEIRO.- Uma vez aprovados os Termos de Referência pelo Comitê de Representantes, o Grupo de Trabalho “Ad Hoc” passará a acompanhar as atividades de implementação da EXPO ALADI, que serão desenvolvidas pela Secretaria-Geral conforme os Termos de Referência, e manterá o Comitê de Representantes regularmente informado a esse respeito.

QUARTO.- O Grupo de Trabalho “Ad Hoc” cessará uma vez que o seu Coordenador tenha apresentado ao Comitê de Representantes o relatório sobre os resultados da EXPO ALADI e as suas eventuais recomendações sobre o evento.

PRESIDENTE. Uruguai.

Representação do URUGUAI (Juan Alejandro Mernies Falcone). Obrigado, senhora Presidente. Queria somente agradecer aos distintos Representantes e colegas do Comitê pelo voto de confiança, pela carta de crédito, na parte que me cabe que é, simplesmente, uma parte de todos os trabalhos que teremos de realizar e em que estamos todos envolvidos, a Secretaria-Geral e *Uruguay XXI*. Tentaremos, em breve, começar com os trabalhos do grupo Ad Hoc em coordenação com a Secretaria-Geral para definir quanto antes os termos de referência. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Uruguai. Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Desculpe, Presidente, não quero, para usar a expressão do Representante Permanente da Colômbia, perturbar o fluxo de suas palavras, mas já que o Representante Permanente do Uruguai agradeceu eu me vejo na obrigação de agradecer. Queria agradecer, sobretudo, a compreensão de todos por esta proposta apresentada pelo Brasil com o intuito de bem servir a este Comitê e a esta Associação. Agradeço o apoio geral do Comitê e quero dizer que no grupo de trabalho *ad hoc* e na construção dos termos de referência o presidente do grupo de trabalho encontrará a mesma disposição e a mesma posição do Brasil. Muito obrigado, senhora Presidente, e obrigado a todos.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Brasil.

6. Relatório da Coordenadora do Trabalho de Serviços e Novos Temas.

...Continuamos, portanto, com o sexto ponto: o Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas. Oferecemos a palavra à ministra Luz Marina Rivera, Coordenadora do Grupo de Trabalho.

Representação da COLÔMBIA (Luz Marina Rivera Rojas). Obrigada. Na última reunião, o Grupo de Trabalho dedicou-se essencialmente a revisar as atividades

cumpridas a partir de sua última data de reunião, em outubro de 2012, até o passado dia em que nos reunimos.

O Grupo, como também foi comunicado aqui, fez um exercício de priorização, visto que tinha umas cinco reuniões de funcionários governamentais especializados, três ou quatro estudos e uma atividade transversal. O Grupo, ao início do ano, vendo os recursos disponíveis e a capacidade real de nos reunir, decidiu priorizar quatro ou cinco atividades.

Na reunião, foram informadas especificamente as ações feitas nestas quatro atividades e, em particular, devido ao nível de avanço e aos parâmetros básicos que já estavam estabelecidos em uma minuta para a convocatória à Terceira Reunião de Funcionários Governamentais especializados em Estatísticas, foi decidido que as representações fizessem as consultas pertinentes em capitais sobre sua participação nesta reunião.

Fizemos questão de dar continuidade às lições apreendidas da Segunda Reunião, em particular, quanto à definição das entidades que irão participar. Pelos trabalhos do Fórum Virtual já podemos ter um pré-diagnóstico da situação regional, que seria a linha de base para um trabalho no âmbito da ALADI. Seguramente, no futuro precisará apoio de outros organismos especializados, mas, por enquanto, os países podemos diagnosticar onde estamos para, eventualmente, identificar reuniões que possibilitem ações conjuntas em matéria de estatísticas.

Um primeiro ponto identificado, que agradecemos às representações e que me permito transmitir, é que façam chegar a convocatória às entidades fornecedoras de estatísticas que não sejam usuárias, porque nesta oportunidade a agenda que a CEPAL nos propõe é realmente uma agenda bastante técnica, que somente nossos técnicos teriam capacidade de densificar. A nossa ideia é que os nossos técnicos densifiquem uma proposta de base técnica pertinente, fortalecida e vigorosa, para identificarmos ações que a ALADI, realmente fazendo uso de seus recursos e eventualmente de recursos adicionais, possa levar adiante.

Um último elemento que me permito mencionar, e que já tínhamos conversado no grupo indiretamente, é o aproveitamento das lições apreendidas de processos bem-sucedidos da ALADI, particularmente, o processo de conformação da base de dados e conformação do sistema do SCOD. Portanto, foi tomado o modelo dos termos de referência que circularam para a Segunda Reunião do SCOD como um elemento que vai orientar tecnicamente o propósito, fundamento e resultados almejados, para comunicar aos técnicos e às capitais. Assim, podemos chegar à reunião com um conjunto de expectativas muito específicas. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada, Colômbia. Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Presidente, muito obrigado. Isto não está nas minhas notas, devo dizer, mas, com o completo e sucinto relatório que nos deu a coordenadora do grupo de trabalho de Serviço e novos temas, eu gostaria de sublinhar a importância de um ponto que ela mencionou: a convocatória das instituições fornecedoras das estatísticas de serviços dos nossos países. Evidentemente, o trabalho do grupo é de grande interesse para os operadores econômicos que atuam no setor de serviços. É muito importante que os institutos nacionais de estatísticas dos nossos países, os que têm a responsabilidade de contabilizar o fluxo de não bens, além dos bens, das mercadorias, venham à ALADI e participem desse esforço, que conheçam o que fazemos e apoiem, de forma mais empenhada e comprometida, o trabalho da Associação. Queria parabenizar a

coordenadora do grupo de trabalho por essa iniciativa, que eu considero da maior relevância e eficácia para os nossos trabalhos na área de serviços. Muito obrigado, senhora Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Brasil. Creio que o comentário é atinado, totalmente atinado.

7. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de apoio aos PMDERs (ALADI/CR/di 3772).

...Continuamos com o seguinte ponto da Ordem do Dia: o Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho do Sistema de apoio aos PMDERs. Oferecemos a palavra a Jenny Encinas, Coordenadora do Grupo de Trabalho deste setor.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. O Grupo de Trabalho de acompanhamento do Programa de apoio aos PMDERs reuniu-se na quinta-feira 5 de setembro.

Como primeira reunião do ano, a agenda esteve basicamente voltada para informar aos países sobre o estado de situação das atividades que vinham sendo desenvolvidas em apoio aos PMDERs.

Nesse sentido, o Subsecretário de Assistência Técnica e Apoio aos PMDERs fez uma introdução geral dos avanços tanto nos projetos quanto nas atividades transversais que são trabalhadas com o apoio de outros departamentos.

A seguir, a Secretaria apresentou um resumo de todos os projetos apresentados na gestão 2012 e 2013, destacando o bom grau de execução dos mesmos, a conformidade manifestada pelas contrapartes, o avanço registrado em matéria de alocação de fundos do programa 2013, bem como a temática de cada um dos projetos e as modalidades de cooperação e assuntos orçamentários.

Nesse âmbito, o Subsecretário de Cooperação e Assistência Técnica aos PMDERs mencionou uma situação que vem sendo gerada com os remanescentes do orçamento, referida às passagens dos projetos, montantes que atualmente são destinados para o Fundo de Capital de Giro. Foi proposta a conveniência de reverter este mecanismo para que os mesmos permaneçam dentro do programa dos PMDERs.

Entre outras atividades transversais de apoio aos PMDERs foi mencionada a assistência técnica oferecida à Bolívia em matéria de nomenclatura, bem como outros estudos feitos para *PROECUADOR* sobre acesso de produtos equatorianos aos mercados de Chile, Brasil e México. Também, informou-se que estão sendo realizados estudos sobre comércio de bens; semana que vem certamente será apresentado o estudo para a Bolívia e o do Paraguai já foi iniciado.

No âmbito do componente comum do Plano de Ação, a Secretaria destacou a realização de dois projetos: um curso virtual, sobre o processo de Integração da ALADI, cuja primeira edição é direcionada aos PMDERs. O curso será desenvolvido de 16 de setembro a 20 de outubro e há 49 funcionários matriculados. Ao início, era previsto para trinta pessoas aproximadamente, mas, visto o interesse dos países, os 49 funcionários foram aceitos.

Há ainda outro projeto: ALADI-PNUD, que já foi apresentado há um mês, aproximadamente. O projeto é de apoio aos PMDERs para ter acesso aos mercados internacionais e preparar-se para as novas regulamentações e padrões ambientais

para a exportação de produtos-chave. Este projeto foi muito apreciado por todos os países, de muito interesse para os três países PMDERs, mas também para outros. Nesse sentido, sobre este projeto a Secretaria fez uma breve apresentação para alguns países que, talvez, não estiveram presentes.

Também, o Subsecretário César Llona destacou o interesse da realização de uma segunda fase do projeto, aberta a todos os países. As notas já foram circuladas, creio que há um mês também, para que alguns países interessados possam se somar às gestões da segunda fase.

Entre outros assuntos, a Delegação do Brasil apresentou o projeto de resolução sobre financiamento da participação de delegados dos países nas reuniões governamentais da ALADI. A Coordenação agradeceu a proposta e indicou que o tema já está na agenda da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais para seu respectivo tratamento.

Finalmente, agradeceu as apresentações realizadas destacando que atualmente existe um avanço maior de 50% em todas as atividades, tanto em projetos quanto nas atividades transversais direcionadas aos PMDERs.

Também, foi feita uma breve descrição dos pontos a serem tratados na próxima reunião, dentre os quais estão o acompanhamento aos estudos de apoio aos países, a proposta de modificação sobre os remanescentes orçamentários dos projetos e o regulamento do Fundo dos PMDERs e, obviamente, o Orçamento 2014. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada. O relatório é muito claro. Também ficou esclarecido o tema do financiamento para certos países que é levado à Comissão de Orçamento, onde deve inicialmente ser resolvido.

8. Assuntos diversos.

...Assuntos diversos é o seguinte ponto da agenda. Alguma Representação tem algo para propor? Não vejo propostas após a alegre reunião de hoje; portanto, dou por concluída a sessão.

Desculpem, antes de encerrar, gostaria de propor aos Representantes se consideram conveniente que as reuniões do Comitê sejam realizadas cada quinze dias e não semanalmente, sendo notificadas as convocações especiais, quando necessárias, para dar mais tempo às Representações de ajustar as reuniões em suas próprias agendas. Se todos concordarem, ficaria estabelecido dessa maneira, nas quartas-feiras, claro.

Brasil.

Delegação do BRASIL (Ruy Carlos Pereira). Presidente, muito obrigado pela sugestão que, logicamente, o Brasil está disposto a acompanhar – só digo isto para que conste em atas – com a ressalva de que podemos convocar-nos a qualquer momento sobre qualquer assunto. Mas, na nossa rotina de trabalho, considero que duas reuniões por mês é muito razoável.
Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigada, Brasil. Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Alejandro Borda Rojas). Obrigado, senhora Presidente. Em princípio, minha Representação concordaria. Porém, temos de compartilhar uma reflexão com os senhores. Após o intervalo que tivemos, temos um acúmulo de trabalho importante. Eventualmente, teremos de ter delegados de capital comparecendo a algumas reuniões e, infelizmente para Colômbia, é necessário ter uma convocatória específica da ALADI para autorizar as comissões na Colômbia. Isso é um inferno para nós, que chega até a Presidência da República.

Na medida do necessário, poderemos ajustar a frequência das reuniões. Se isso resultar em acúmulo de trabalho e falta de agilidade na participação de delegados, etc., considero que não será o mais conveniente. Em princípio, estamos de acordo em que sejam cada quinze dias, mas com a flexibilidade de convocar quando for necessário. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Foi isso o que eu acrescentei. Caso haja necessidade de convocatória extraordinária intermédia, a mesma seria feita. Em princípio, ficamos convocados cada quinze dias aproximadamente, nas quartas-feiras, para as sessões ordinárias.

Não havendo nada mais para discutir, encerramos a sessão.
